ISSN: 2358-8829

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRISÕES BRASILEIRAS: AVANÇOS E LACUNAS

Érica Chiulo [1]
Maria Aparecida Nascimento Silva [2]
Rita de Cássia da Silva Oliveira [3]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente as políticas públicas de educação especial no sistema prisional brasileiro, investigando os limites de sua efetivação frente ao direito à educação inclusiva de pessoas privadas de liberdade com deficiência. Parte-se da problemática de que, embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure formalmente esse direito, sua concretização no contexto do cárcere permanece atravessada por contradições estruturais, evidenciando um descompasso entre os marcos normativos e as condições reais de implementação. Sustenta-se, como hipótese, que tais políticas são fragilizadas por fatores históricos, institucionais e sociais que reproduzem dinâmicas de exclusão no interior do sistema prisional. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em revisão crítica de produções acadêmicas recentes e documentos normativos sobre educação prisional e atendimento educacional especializado. O recorte analítico privilegia estudos publicados nas últimas décadas e dados oficiais do sistema penitenciário brasileiro, com ênfase na interface entre inclusão educacional e privação de liberdade. Os resultados evidenciam que, embora aproximadamente 18% da população prisional participe de atividades educacionais e cerca de 1,42% seja composta por pessoas com deficiência, inexistem dados sistematizados que comprovem a oferta efetiva de atendimento educacional especializado. Identificam-se como entraves centrais a precariedade estrutural das unidades, a insuficiência de profissionais qualificados e a fragilidade da articulação intersetorial, além de desigualdades regionais na implementação dessas políticas. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva no sistema prisional exige não apenas investimentos e formação continuada, mas a superação de contradições estruturais que historicamente marginalizam esses sujeitos, demandando políticas públicas integradas e orientadas pela promoção da equidade e da justiça social.

Palavras-chave: Educação prisional; Educação especial; Inclusão educacional; Políticas públicas; Direitos humanos.

[1] Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade estadual de Ponta Grossa – Pr, erica.chiulo.uepg@gmail.com
[2] Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade estadual de Ponta Grossa – Pr, mariaapnascimento.uepg.t6@gmail.com
[3] Doutora em Filosofia e Ciência pela Universidade de Compostela – Espanha, soliveira@uepg.br